

**ATA DE REUNIÃO Nº 03/2021 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA
CEGÁS**

REFERÊNCIA: ANÁLISE DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS E IMPEDIMENTOS LEGAIS DE PESSOAS INDICADAS PARA MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEGÁS.

DISPOSIÇÕES LEGAIS:

- Lei 13.303/2016;
- Lei 6.404/1976;
- Estatuto Social da CEGÁS;
- Política de Indicações da CEGÁS;

1. LOCAL, HORA E DATA: No dia 16 de julho de 2021, às 13h00, foi iniciada a Reunião nº 03/2021 Do Comitê Estatutário de Elegibilidade da CEGÁS, realizada remotamente, através da aplicação Microsoft Teams, tendo em vista a necessidade de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19.

2. PRESENÇAS: Os membros do Comitê: Sra. Celânia Pinto Lima (Recursos Humanos), Sra. Suyanne Maria Trindade Pedrosa (Gerência Jurídica), Sra. Valéria Lima Portela (Riscos e Conformidade).

3. ORDEM DO DIA:

3.1. Análise do preenchimento dos requisitos e impedimentos legais de pessoa indicada para membro do Conselho de Administração da CEGÁS.

3.2. O Comitê Estatutário de Elegibilidade é constituído por membros designados pela Diretoria Executiva da CEGÁS, tendo se formado a composição atual mediante a 96ª Reunião de Diretoria Executiva, realizada em 18/08/2020, nos termos do art. 29 do Estatuto Social da Companhia, e nos itens 6.1 e 6.2 do Regimento Interno do Comitê Estatutário de Elegibilidade da CEGÁS.

3.3. A Política de Indicações da CEGÁS destacou em seu item 6.2 os requisitos e impedimentos a serem observados para que se demonstre a aptidão do indicado para figurar como Administrador da Companhia. O Subitem 6.2.1 enfatizou os "requisitos" que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva devem possuir:

6.2.1. Os requisitos para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva são, cumulativamente:

a) ser cidadão de **reputação ilibada e conhecimento notório**;

b) ter **experiência profissional** de, no mínimo 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da companhia ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior; ou 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

- cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da companhia, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da companhia;
- cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público;

ATA DE REUNIÃO Nº 03/2021 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA CEGÁS

- cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da companhia;
- experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da companhia;
- c) ter **formação acadêmica compatível** com o cargo para o qual foi indicado;
- d) não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar no 135, de 4 de junho de 2010, transcritas abaixo:

3.4. Já o subitem 6.2.2 lançou as situações de “vedação” a serem observadas pelos indicados ao cargo de Administrador da CEGÁS, sendo elas:

6.2.2. É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva de:

- Representantes do órgão regulador ao qual a companhia está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública sem vínculo permanente com o serviço público, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo (e seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas nele mencionadas);
- Pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;
- Pessoa que exerça cargo em organização sindical;
- Pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação;
- Pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da companhia ou com a própria companhia.

6.2.3. Os requisitos previstos no item 6.2.1. b) acima poderão ser dispensados para o caso de indicação de empregado para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, e para eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração, desde que atendidos os seguintes quesitos mínimos:

- I - o empregado tenha ingressado na companhia por meio de concurso público;
- II - o empregado tenha mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo na companhia;

**ATA DE REUNIÃO Nº 03/2021 DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DE ELEGIBILIDADE DA
CEGÁS**

III - o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da companhia, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades do cargo para o qual foi indicado.

3.5. Documentando a indicação para membro do Conselho de Administração da CEGÁS, foi entregue pela Secretaria Geral da CEGÁS, processo administrativo SCDOC nº 7543/2021, referente à indicação para complementação de mandato até 17 de novembro de 2022, pela acionista GASPETRO: **Sr. Jaime Turazzi Naveiro**.

3.6. Com base exclusivamente na documentação apresentada referente ao **Sr. Jaime Turazzi Naveiro**, verificou-se que o indicado está apto a compor o Conselho de Administração da CEGÁS, uma vez que atende aos requisitos constantes da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16, do Estatuto Social da CEGÁS e da Política de Indicações da CEGÁS, conforme documentos constantes do processo administrativo SCDOC nº 7543/2021;

3.7. Houve comum acordo sobre a emissão de parecer opinativo no sentido de que o indicado está apto a ocupar o cargo.

3.8. Demais disso, o interessado declarou, sob as penas da Lei, que cumpre todos os requisitos legais e que não está impedido para investidura e remuneração do cargo de administrador de Sociedade de Economia Mista.

4. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, é assinada pelos membros do Comitê.

Fortaleza, 16 de julho de 2021.



Celânia Pinto Lima

Gerência de Recursos Humanos



Suyanne Maria Trindade Pedrosa

Analista de Processos Organizacionais (Gerência Jurídica)



Valéria Lima Portela

Coordenação de Gestão de Riscos e Conformidade